



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo
Memorial de projeto final

AUSENTES

Eles estão em algum lugar do outro lado da fronteira

Autoras: Amanda Maia Santos
Amanda Martimon Morgado

Orientador: Sérgio de Sá

Brasília - DF
Fevereiro de 2013

AMANDA MAIA SANTOS
AMANDA MARTIMON MORGADO

AUSENTES
Eles estão em algum lugar do outro lado da fronteira

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade de Brasília como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Comunicação
Social com habilitação em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Araújo de Sá
Orientador

Prof. Dr. Paulo Roberto Assis Paniago
Examinador

Prof. Dr. Solano dos Santos Nascimento
Examinador

Nota: _____

Brasília, ____ de ____ de 2013.

Saber escutar as respostas é tão ou mais importante do que saber perguntar. Ser repórter é aprender a olhar e a escutar.

Eliane Brum

Agradecimentos

A todos que nos receberam, doaram seu tempo e dividiram seus pensamentos.

À família por todo apoio e compreensão. Foram os pais e irmãos quem conviveram diariamente com as nossas apreensões, respeitaram as decisões e escutaram as queixas e idealizações de se tornar um jornalista.

Ao orientador, Sérgio de Sá, pela motivação em seguirmos com o tema, pela confiança em nosso trabalho, pelas inúmeras dicas de filmes e livros que puderam abranger nosso ponto de vista para uma abordagem mais humana e poética e pelo ânimo de sempre para uma boa conversa. Aos professores Paulo Paniago e Solano Nascimento, pelos ensinamentos em sala de aula e por aceitarem o convite para a banca avaliadora.

Ao secretário da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty, Mozart Grisi Pontes, pela paciência e disposição em ajudar e permitir nosso acesso ao banco de dados do Ministério das Relações Exteriores. Em especial, pelas horas de almoço e após o expediente que tomamos do diplomata.

À amiga e fotógrafa Marcella Fernandes por registrar em imagens nossos personagens, seus gestos e olhares, o que dificilmente conseguiríamos descrever apenas com palavras. Ao Vitor Vieira por se dedicar à diagramação da reportagem, com o seu talento de diretor de arte.

Aos amigos, sempre interessados em saber como estava a etapa final desse importante ciclo de vida, a faculdade. Tanto aos colegas da Universidade de Brasília quanto aos do colégio que acreditaram e torceram por uma conclusão bem-sucedida.

Resumo

Este projeto experimental é uma grande reportagem produzida para meio impresso sobre brasileiros ausentes no exterior. O objetivo é retratar esse fenômeno social, pouco conhecido pelo público e raramente retratado pela grande mídia, sob o ponto de vista dos familiares que estão no Brasil. O trabalho pretende ainda ressaltar a importância do gênero jornalístico grande reportagem em um meio cuja rotina de produção é mais voltada para o *hard news* e para a contenção de gastos do que para a qualidade de um material inédito e aprofundado.

Palavras-chave: brasileiros desaparecidos, brasileiros no exterior, emigração, ausentes, grande reportagem.

Sumário

1. Apresentação	9
2. Objetivo	11
3. Justificativa	12
4. Referencial teórico	13
4.1 Desaparecidos / Ausentes	13
4.1.1 Números.....	13
4.1.2 Desaparecidos	14
4.1.3 Desaparecidos ou ausentes?	16
4.1.4 Possíveis causas	17
4.2 A grande reportagem.....	18
4.2.1 Conceito.....	18
4.2.2 <i>Hard news</i> x grande reportagem	19
4.2.3 Texto	21
5. Procedimentos metodológicos.....	25
5.1 Concepção da ideia	25
5.2 Produção compartilhada.....	25
5.3 Apuração	26
5.4 Contato com as fontes e entrevistas	29
5.5 Escrever e reescrever	33
6. Considerações finais.....	35
7. Referências Bibliográficas.....	37
8. Anexos.....	39
8.1 Cronogramas	39
8.2 Orçamento	39
8.3 Lista de outros anexos	40

1. Apresentação

O número de brasileiros desaparecidos no exterior é uma incógnita. Além da impossibilidade de controlar e contabilizar a emigração ilegal, não há registro preciso dos que migraram legalmente e não retornaram. Da soma desses fatores resulta a inviabilidade de se obter um dado concreto.

A dificuldade de obter dados e informações sobre o assunto não justifica o fato de a mídia e, por consequência, o grande público ignorarem ou desconhecerem a dimensão do problema. Pelo contrário, reforça a importância de se estudar mais a fundo o fenômeno, o perfil desses emigrantes e os possíveis motivos que levam brasileiros a perderem o contato com parentes, amigos e até mesmo sua própria identidade ao cruzarem a fronteira.

Diante do desafio de contar a história de alguém que se encontra desaparecido e/ou ausente e da impossibilidade de que essa personagem fale por si, o ponto de partida para todas as narrativas contadas nesta grande reportagem foi o drama dos familiares e amigos. Isso porque consideramos que o repórter disposto a encarar o desafio de explorar um assunto delicado como esse deve levar sempre em conta o afastamento emocional e psicológico das fontes e do objeto de estudo, mas nunca perder a sensibilidade na abordagem e deixar de privilegiar o fator humano para tratar apenas de números.

Por isso, as histórias contadas em *Ausentes: eles estão do outro lado da fronteira* são fiéis aos sentimentos daqueles que, de alguma maneira, perderam ou enfraqueceram seus laços afetivos com algum parente que foi para o exterior e não retornou. É a partir dos relatos dos que ficaram que construímos a reportagem tentando levar ao leitor a compreensão do que significa essa ausência e de quais são as dificuldades e peculiaridades de procurar ou mesmo manter contato com alguém em território estrangeiro.

Na abertura, situamos o universo do qual a reportagem irá falar. Achamos oportuno avisar, logo de início, que não havia números e justificar o uso do termo ausente e não desaparecido. As personagens foram agrupadas de acordo com o significado de suas ausências. Para conduzir o leitor nesta divisão, usamos intertítulos que indicam as semelhanças entre eles. Carla e Elena são apresentadas juntas porque representam a dor de mães (no caso, Tânia e Eliana) de filhos ausentes. No caso de Jing Wei Jimenez, é o pai quem

sofre sem saber do paradeiro do filho, levado da China pela mãe. Em seguida, as ausências de Gilberto e Ana Lúcia registram a falta do pai e da mãe em famílias que, sem eles, se desestruturaram. Depois, as histórias de Leandro e Osmar estão juntas por conta das condições em que eles se tornaram ausentes. O último contato dos rapazes com as mães e os rastros deixados por eles indicam fortes suspeitas de morte.

O desfecho da reportagem sustenta uma hipótese com a qual nos deparamos desde o início da pesquisa, ainda na fase de pré-apuração: pessoas que estão ausentes por opção. Daniel é um ex-ausente, que ficou quatro anos sem dar notícias à família no Brasil até mudar de ideia. Deixado para o fim, o caso dele fecha a reportagem com duas possibilidades. A primeira, na qual apostamos, é uma esperança para aqueles que esperam pelo retorno de alguém querido. Já a outra desconstrói a idealização de muitos familiares e amigos que sustentam diversas versões, algumas mirabolantes, para o sumiço de seus ausentes.

Fora dessa estrutura, receberam destaque no texto três assuntos: ausentes no Japão, em razão de muitos casos apurados, de números concretos e por ser um dos principais destinos de brasileiros no exterior; tráfico de pessoas, pois é uma das principais suspeitas da ausência forçada, tratada em protocolos e legislações no mundo todo; e o aparecimento de uma personagem, que estava ausente, durante o processo de apuração.

Como tudo no jornalismo, este foi o recorte que fizemos das histórias que ouvimos. Este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, mas sim de abrir espaço para a discussão entre os diferentes setores governamentais e da sociedade civil envolvidos na questão. Os relatos dos familiares vão provar como o jornalista – um mediador social – é capaz de aproximar o leitor de um universo que, aparentemente, encontra-se tão distante dele. Nesse caso, do outro lado da fronteira.

2. Objetivo

Produzir uma grande reportagem sobre brasileiros ausentes no exterior. Com os processos de apuração, escrita e edição, aprimorar na prática todas as etapas de produção de material jornalístico aprofundado. Para descobrir os desafios e prazeres do jornalismo, é indispensável ir à rua coletar informações, investigar, entrevistar, escrever, editar e reescrever.

Com o produto, pretende-se registrar as impressões, incertezas e sentimentos das pessoas que perderam o contato com algum familiar brasileiro que saiu do país e não retornou. Além de fornecer informações que possam ajudar e auxiliar tanto pessoas que desejam viajar para o exterior, no sentido preventivo, quanto quem vivencia experiências semelhantes às retratadas na reportagem e precisam de uma solução para o problema. Verificar se o governo e as entidades sociais estão comprometidos com a causa, auxiliando satisfatoriamente as famílias.

A intenção é tratar de maneira humanizada e solidária um tema que é pouco, ou de maneira fragmentada, abordado nos principais meios de comunicação. Por meio da reportagem, este trabalho pretende levantar reflexões sobre as dificuldades de se buscar alguém em um local distante, enfrentando burocracias em idioma e cultura diferentes. E, assim, incentivar o cumprimento e a elaboração de políticas públicas eficazes.

3. Justificativa

Optamos por um produto e não por uma monografia por acreditarmos que haverá poucas oportunidades de produzir uma grande reportagem tendo total controle do resultado final e participando de todas as etapas de produção (apuração, escrita e edição), no mercado de trabalho. São cada vez mais escassas as matérias e coberturas especiais nos grandes veículos impressos. A redação, que sofre com contenção de gastos, procura aproveitar ao máximo o tempo dos repórteres e não investe tanto como antigamente em material exclusivo, distante dos moldes *hard news*. O meio revista foi escolhido por afinidade pela reportagem escrita, principalmente por nos dar maior liberdade no tamanho da matéria e na linguagem, mais literária. No memorial, seria possível ainda desenvolver a abordagem teórica com o que aprendemos nesses quatro anos de faculdade.

O tema, ausentes no exterior, se justifica pelo ineditismo, pois são raras as pesquisas e reportagens sobre o assunto. Quando a mídia retrata algum caso de desaparecimento ou ausência (como as recentes histórias do brasileiro que desapareceu no Peru e da mãe cujos filhos foram levados pelo pai norueguês), ele vem de maneira isolada, sem estar ligado a outros casos semelhantes. Existem também aquelas situações em que, poucos dias depois da divulgação da matéria, descobre-se que o corpo do desaparecido foi encontrado. Nos casos de morte presumida, é comum a pessoa ter se envolvido em um crime ou acidente fatal.

E aqueles que perderam, há anos, o contato com os parentes? Sentimos a necessidade de verificar se era possível calcular a dimensão do problema. E se não fosse possível, seria culpa do Estado, de outra pessoa ou do próprio desaparecido, que não deu satisfação à família? Ao refletir sobre a ausência dos brasileiros emigrantes, começaram a surgir dúvidas que só uma boa apuração poderia responder. Entre os questionamentos estavam o porquê da perda de laços, as dificuldades enfrentadas por quem fica e os tipos de ausentes. Um tema que afeta milhares de brasileiros, de difícil abordagem por envolver sofrimento, rancor e outras questões pessoais; mas que, felizmente, aceitamos como um grande desafio.

4. Referencial teórico

4.1 Desaparecidos / Ausentes

4.1.1 Números

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) estima, em dados atuais, a migração internacional legal e ilegal de cerca de 2,5 milhões de brasileiros em 2011¹. Entre os 193 países de destino, Estados Unidos, Portugal, Espanha e Japão são os mais procurados. Até junho de 2011, as estimativas do MRE eram de mais de três milhões de brasileiros em território estrangeiro, sendo quase a metade em situação irregular. O decréscimo do número se deve, possivelmente, às crises econômicas no cenário internacional em contraste com as condições favoráveis do Brasil.

A estimativa da Organização Internacional para Migrações (OIM) é ainda mais imprecisa. Para a organização, o número de brasileiros que vivem no exterior está entre um milhão e três milhões². A discrepância é maior e mais evidente no levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo Demográfico 2010 contabiliza apenas 491 mil e 645 brasileiros residentes fora do país³. No entanto, o próprio IBGE reconhece que o número é subestimado.

A metodologia do Censo por meio de questionários em domicílios limita a possibilidade de estimativas mais próximas do real quanto a esse quesito. Para mensurar o número de brasileiros no exterior, foi perguntado, pela primeira vez no Censo, se alguma pessoa que residira anteriormente com algum morador do domicílio estaria vivendo no exterior. Apesar do número irreal, os dados levantados pelo Censo 2010 são valiosos para entender o fenômeno dos desaparecimentos, pois fornecem uma ideia de como os fluxos emigratórios acontecem e o perfil dos emigrantes brasileiros.

¹ Relatórios Consulares (RCN) do Ministério das Relações Exteriores, disponibilizados em formato Excel pela Divisão de Assistência Consular (DAC).

² OIM; CNPD; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Perfil migratório do Brasil 2009. Genebra: OIM, 2010. Disponível em:

<http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil_Profile2009.pdf>. Acesso em: janeiro de 2013.

³ IBGE. Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: janeiro de 2013.

Quando se trata dos brasileiros emigrantes que, por qualquer motivo, são considerados desaparecidos para os familiares, os levantamentos ficam ainda mais complexos e incertos. A Divisão de Assistência Consultar (DAC) do MRE, por exemplo, recebe e registra pedidos de procura por brasileiros desaparecidos no exterior, mas não contabiliza em números. Para complicar, há os casos de pessoas que são consideradas desaparecidas pela família, mas que, na verdade, por vontade própria não desejam manter contato com seus familiares e amigos no Brasil. Compõem este cenário, principalmente, emigrantes brasileiros detidos e/ou que não obtiveram o sucesso idealizado com a ida para o exterior, de acordo com informações da Divisão.

Além disso, segundo registros do MRE, há ainda os quase 3,5 milhões de brasileiros que, anualmente, saem do país durante dias, semanas ou meses por razões de trabalho ou turismo. Somados aos que residem fora do país, de forma regular ou irregular, têm-se uma amostra de cerca de seis milhões de brasileiros circulando, em algum momento, fora do país e, portanto, sendo potenciais alvos de um desaparecimento.

4.1.2 Desaparecidos

Desaparecidos: pessoas sem identidade, cujo elo com o mundo foi rompido. Por medo, ameaças, perseguição, deixam tudo. Em busca de um novo começo, com o ônus do silêncio. Voluntariamente ou não, conscientemente ou não, sob a mão de outro ou por seus próprios pés. Laços cortados com o passado, memória negada, alienados em sua história, protagonistas sem espectadores de sua vida e/ou de sua morte. (OLIVEIRA e GERALDES, 1999, p. 9)

Dijaci David de Oliveira e Elen Cristina Geraldes, no livro *Cadê você*, conseguiram definir um grupo de pessoas que dificilmente pode ser reunido sob o mesmo ponto de vista. São indivíduos que desapareceram por motivos e com circunstâncias diferentes. O sociólogo e a jornalista debruçaram-se sobre o complexo universo dos desaparecimentos para realizar um levantamento em todo o país. Para isso, eles conceituaram e distinguiram outros termos próximos ou sinônimos da palavra desaparecido: perseguido, fugitivo, foragido, sequestrado, raptado, indigente e migrante. Existe a importância de se distinguir o desaparecimento de outros fenômenos sociais que podem implicar no desconhecimento do paradeiro de alguém, como sequestros e perseguições.

- Desaparecido: aparece comumente, na sociologia e na política, referindo-se ao desaparecido político, mas inclui todos os civis que desaparecem cotidianamente de suas casas, cidades e

trabalho sem deixar informações. No *Dicionário de sinônimos e antônimos da Língua Portuguesa* (FERNANDES, 1974), desaparecer significa ocultar-se, sumir-se, esconder-se, ausentar-se, afastar-se, morrer e perder-se. Esses significados abrangem pessoas que fogem; que se refugiam em lugar desconhecido, estando incomunicáveis; ou mesmo que se perdem ou morrem.

- Perseguido: perseguições são objetos de estudo por terem, muitas vezes, motivações políticas, religiosas e de identidade sexual. A palavra aborda, porém, um universo mais amplo, e a pessoa perseguida pode estar escapando de alguém que esteve em seu encalço, importunou, castigou, atormentou ou mesmo a torturou. O perseguido pode ser considerado um desaparecido, mas não representa todos os casos de desaparecimento.

- Fugitivo: aquele que foge só é considerado um desaparecido quando não se sabe suas condições físicas (de vida ou morte) ou localização.

- Foragido: na linguagem policial, refere-se aos acusados que escaparam da prisão ou de alguma ordem judicial. Pode ser um emigrado que fugiu e está escondido.

- Sequestrado: é a pessoa tomada à força por outra ou por um grupo organizado. Ao contrário do perseguido, do fugitivo e do foragido, ele não age por vontade própria e pode haver o uso da violência. Envolve alguma forma de pagamento ou troca.

- Raptado: ocorre com as mesmas circunstâncias do sequestro (pessoa levada por outrem), mas com a diferença de não envolver pagamento ou troca, e sim a satisfação de alguém.

- Indigente: pobre ou necessitado que não consegue garantir sua subsistência. O termo é usado para designar as pessoas que morreram e não foram identificadas. Ele só é um desaparecido se tiver alguém procurando-o.

- Migrante: aquele que sai de um espaço para outro, seja por desestruturação familiar, por desemprego ou falta de assistência institucional, pode perder completamente o contato com seus familiares, os laços pessoais, tornando-se um desaparecido em seu local de origem.

Entre os fatores associados ao fenômeno, se destacam a família e o Estado. O grupo familiar pode sofrer com o desaparecimento, que ocasiona mudanças no campo econômico, sociocultural e psicológico; e também pode contribuir para que o mesmo ocorra. A família está passando por transformações, de uma estrutura tradicional (pai, mãe e filhos) para outra

múltipla e isso deve ser considerado em algumas situações, assim como os possíveis casos de bigamia, fugas para viver com outro companheiro e para deixar de pagar pensões alimentícias.

O Estado também aparece com duas possibilidades de papéis: o de causador dos desaparecimentos e o de propor políticas para evitar e/ou solucioná-los. No papel de protetor, ele atua nos campos político, educacional, jurídico e policial, em nível nacional, estadual ou municipal. No papel de produtor dos desaparecidos, é comum o Estado dificultar ou impedir a liberdade, a diversidade política e a pluralidade religiosa.

Em caso de desaparecimento, quais os procedimentos a serem adotados e a que instituições recorrer? Durante o período em que se estende o desaparecimento, que leis asseguram os direitos dos familiares? Quais são os direitos do próprio desaparecido enquanto desaparecido ou mesmo depois de encontrado? Talvez o Estado já tenha produzido respostas para várias dessas perguntas; falta, porém, sistematizá-las para que o cidadão comum possa reconhecê-las como um instrumento de defesa da sua cidadania. (OLIVEIRA e GERALDES, 1999, p. 27)

4.1.3 Desaparecidos ou ausentes?

Entre os termos que se relacionam com a palavra desaparecido, está a de ausente. A dificuldade do Estado em lidar com o problema, até mesmo para sistematizar as informações de maneira unificada, está nos conceitos de desaparecido e ausente. Isso porque desaparecido, no sistema jurídico, é aquela pessoa morta cujo corpo não foi encontrado. Ou seja, legalmente, não existe um desaparecido sem a presunção de morte. Em contrapartida, a polícia utiliza o termo desaparecido para designar quem não foi encontrado ou de quem não se tem notícia.

No caso em que não se sabe o paradeiro e há a possibilidade de vida ou morte, recorre-se à expressão ausente do Direito: pessoa que se ausenta e não nomeia representante jurídico. A ausência, diferentemente do desaparecimento, quando admitida pelo juiz, não rompe o vínculo matrimonial nem reconhece os filhos de uma relação conjugal com terceiros. A ausência deixa de existir quando se declara que o ausente está desaparecido. Para isso ocorrer, ou se comprova a presunção de morte ou se passam 10 anos.

Há, portanto, uma incompatibilidade entre os conceitos desaparecido e ausente na esfera jurídica e no sistema de segurança pública. Por acreditarem que o termo desaparecido é mais utilizado e flexível (pode ser associado a fugitivo, foragido, perseguido, sequestrado e raptado); Dijaci de Oliveira e Elen Geraldes (1999) adotam a expressão para se referir ao seu

tema de pesquisa, já que as definições do Direito não abrangem todas as possíveis situações do fenômeno.

A definição de Oliveira e Geraldês (1999, p.9) de desaparecidos, por considerar o desaparecimento voluntário ou não e os laços afetivos, é a que mais se aproxima do abordado na reportagem. Ainda assim, para uso do termo em uma reportagem, acreditamos que o conhecimento popular sobre o significado da palavra, o literal, seria o identificado pelo leitor logo no primeiro momento. A saída de apresentar aos leitores um novo conceito de um termo já tão difundido poderia ser monótona e pouco convincente. A ideia de ausentes surgiu depois das primeiras entrevistas com as personagens. O sentimento comum entre todos era o de ausência.

4.1.4 Possíveis causas

No livro *Cadê você* (1999), os autores reconhecem que os procedimentos técnicos (desde a primeira denúncia até a conclusão do caso) por si só não fornecem uma compreensão real do fenômeno dos desaparecidos, definido como um fato social. Para entender como um indivíduo se adequa a um lugar, é importante notar o “envolvimento afetivo com o espaço, que transcende as necessidades econômicas imediatas, mas também o lugar deve prover seu morador com respostas, ou satisfação de aspirações, ou perspectivas de vida” (OLIVEIRA; GERALDES, 1999, p. 33)

Hannah Arendt (*apud* OLIVEIRA; GERALDES, 1999, p. 36) define como grande mal da vida moderna a falta de reflexão e a perda da dignidade da política; enquanto Georg Simmel (*apud* OLIVEIRA; GERALDES, 1999, p. 36) defende que o indivíduo deve, quando estiver em conflito com a uniformização social, preservar sua individualidade e autonomia. O grande mal seria, então, o embate entre indivíduo e sociedade. De acordo com o teórico, a impessoalidade, a racionalização e os relacionamentos menos emocionais são características que prevalecem nas grandes cidades e podem contribuir para a perda de contato.

Quem também aborda as relações interpessoais e intergrupais com enfoque no isolamento é Zygmunt Bauman (2004). Para o autor, a era da modernidade líquida é um mundo de sinais confusos, que muda rápido e de forma imprevisível, capaz de alterar a capacidade de amar os outros e si mesmo. As relações humanas estão mais flexíveis e frágeis, o que desperta um desejo conflitante de apertar os laços e, ao mesmo tempo, deixá-los

frouxos. Homens e mulheres querem a segurança do convívio, mas temem ficar ligados permanentemente e ter sua liberdade limitada.

4.2 A grande reportagem

4.2.1 Conceito

As linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre o aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação de fatos que situam ou exemplificam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato. (MEDINA, 1978, p. 134)

Cremilda Medina assim distingue notícia da grande reportagem. Para a autora, a diferença está no tratamento dado ao fato jornalístico. A reportagem amplia a simples notícia e aprofunda o conteúdo informativo. Em *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, Nilson Lage também diferencia notícia e reportagem. Para o autor, a primeira é breve e corresponde a uma cobertura do fato, de um acontecimento inédito. Já a informação jornalística (categoria que abrange a reportagem) trata os assuntos com profundidade, faz um levantamento do tema com maior número de dados e depende mais da intenção do repórter do que da ocorrência de um fato.

Lage (2008) acrescenta ainda distinções na atuação do jornalista. Na produção da reportagem, o profissional ganha outras responsabilidades que vão além da produção mecânica de notícias, baseada em critérios rígidos. Quando discorre sobre a função do repórter, o autor afirma que o jornalista não é só testemunha, como também agente. Seu papel é estar presente onde leitor, ouvinte ou espectador não podem estar e, a partir de uma seleção, transmitir o que ele julga ser de interesse público. Sendo assim, na reportagem, o trabalho do repórter vai desde a formulação da pauta, passando pela apuração (que envolve pesquisa e contato com as fontes) até chegar à etapa final de edição.

Ao dividir a produção diária do jornal impresso por categorias, Ricardo Kotscho (2007) apresenta sua definição de grande reportagem:

(...) pode parecer pretensioso, mas é assim que, nas redações, se fala das matérias mais extensas, que procuram explorar um assunto em profundidade, cercando todos os seus ângulos. Elas têm esse nome não só porque realmente são grandes, em número de linhas e páginas de jornal (...), mas também porque este tipo de reportagem significa um investimento muito grande,

tanto em termos humanos, para o repórter, como financeiros, para a empresa. (KOTSCHO, 2007, p. 71)

De acordo com Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986, p. 15), as principais características da reportagem são: predominância da narração, humanização do relato, texto impressivo e objetividade dos fatos narrados. Os autores entendem que algumas dessas características podem aparecer com maior destaque, mas são categóricos ao afirmar que a narrativa precisa estar presente sempre. Sem ela, não há reportagem.

Jorge Pedro de Sousa (2001) reforça o time dos teóricos que dão à grande reportagem o título de gênero jornalístico mais sofisticado. Enquanto a notícia é um gênero básico, que trata de um pequeno enunciado reportativo, um discurso sobre um acontecimento recente, que representa uma informação nova, atual e de interesse geral; a reportagem é o gênero nobre, cujo objetivo é informar com profundidade e exaustividade. O jornalista conta uma história e faz com que o leitor “viva” o acontecimento – a descrição das personagens e dos cenários ajuda nessa aproximação. Segundo o autor, este é um gênero híbrido porque abriga elementos da entrevista, da notícia, da crônica, dos artigos de opinião e de análise. É a oportunidade de interpretar e expor as causas e as consequências de um fato, já que não sofre – ou não deveria sofrer – as pressões do tempo como a notícia.

Este trabalho se enquadra nos critérios apresentados pelos autores para ser classificado como uma grande reportagem. *Ausentes: eles estão do outro lado da fronteira* atende a proposta de apresentar uma reportagem aprofundada e contextualizada, com tempo considerável de apuração, pesquisa contínua, contato pessoal com as fontes, análise de documentos e de entrevistas, tratamento humanizado, escrita em narrativa e edição.

4.2.2 *Hard news* x grande reportagem

As notícias *hard news*, segundo Gaye Tuchman (1978 apud CERVI 2009), são aquelas que abrangem o conjunto de notícias mais recentes, factuais e que fornecem informações básicas. O predomínio das *hard news* nos jornais em detrimento das grandes reportagens deve-se, principalmente, a razões comerciais.

O desaparecimento da grande reportagem dos jornais é visto por Kotscho (2008, p.71) como consequência do seu alto custo em tempos de redações cada vez mais sujeitas a interesses econômicos e com recursos reduzidos: “Além de custarem muito caro na fase de produção, estas matérias ocupam muito espaço, um espaço redacional cada vez mais rarefeito em todos os grandes jornais”.

As mudanças nos jornais que desprivilegiam o gênero grande reportagem em favor da notícia curta e superficial começaram nos anos 70 com a crise do petróleo ocasionada pela guerra árabe-israelense de 1973 (DINES, 2009, p. 15). “O preço do barril pulou de US\$ 3 para US\$ 30, fez disparar o custo do transporte e obrigou os jornais e revistas brasileiras a racionalizar o consumo do papel de imprensa (quase todo importado)”, lembra Alberto Dines em *O papel do jornal e a profissão de jornalista*.

O autor destaca que os empresários, donos dos jornais, se aproveitaram da situação para transformar o jornalismo em negócio e alarmar sobre o fim do jornal impresso. Mais tarde, em 1985, o ataque foi à profissão. Iniciou-se um levante do empresariado pelo fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para exercer a função⁴ (DINES, 2009, p. 19). Ainda na década de 1980, Dines relembra as modificações nas redações que levaram à queda de qualidade do jornalismo: “Estimulou-se a juvenilização das redações enquanto badalavam-se novos paradigmas de modernidade personificados no *USA Today*⁵, depauperada combinação de TV em cores com jornalismo raso” (DINES, 2009, p. 20).

Nesse contexto, novamente se justifica a importância do objetivo deste trabalho. A oportunidade de realizar uma grande reportagem no momento final do curso de jornalismo é de grande valor e aprendizado para o estudante que, em breve, estará em um mercado de trabalho, onde as redações dão pouco espaço para tal prática.

O perfil do repórter também se modificou com a predominância crescente de notícias factuais nos jornais. Primeiro, na opinião de Kotscho (2008, p. 71), aqueles que produzem grandes reportagens são cada vez mais raros: “[...] há cada vez menos repórteres dispostos a encarar o desafio de entrar de cabeça num assunto, esquecer tudo o mais para, no fim, ter o prazer de contar uma boa história”.

No modelo atual das redações não há espaço para que todos sejam o que Sousa (2001, p.57) classifica como o “grande repórter”. Assim, apenas alguns serão escolhidos para trabalhar em grandes reportagens:

Os grandes repórteres, que existem apenas em alguns órgãos de comunicação social, são os jornalistas que se destacaram pela sua competência, pela sua capacidade de comunicação e pela confiança que

⁴ Em 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717>

⁵ *USA Today* ficou caracterizado por adotar um modelo de “tevéis em papel”: supercolorido, com infografias e textos de tamanhos reduzidos.

neles pode ser depositada e que são convidados a trabalhar em grandes reportagens, gozando de elevada autonomia. Frequentemente, os grandes-repórteres são jornalistas especializadíssimos num determinado campo. (Sousa, 2001, p. 57)

Esta situação, no entanto, que não permite – de maneira justa – que os jornalistas tenham tempo necessário para apuração detalhada das informações e nem para um trabalho aprofundado, empobrece a função histórica do jornalista de ser um mediador social e reforça a cobertura superficial nos jornais. A função do jornalista de relacionar acontecimentos (MEDINA 2006 in SEABRA) é, então, prejudicada.

Com esta exposição, sobre a importância do gênero grande reportagem, este trabalho não tem a intenção de diminuir ou desqualificar a notícia factual, rápida e curta. O que se pretende é atentar para o fato de que, em muitos casos, há necessidade de uma abordagem mais profunda e contextualizada, que não pode ser resolvida pelas matérias suítes do *hard news*. Assim, observamos que a narrativa da grande reportagem merece e precisa de mais espaço nos diversos meios de comunicação.

4.2.3 Texto

Depois de uma pré-apuração, em que se define a pauta, o repórter e o editor decidem se o material rende uma reportagem. Inicia-se, então, o processo de redigir a matéria. Oswaldo Coimbra (1993) debruçou parte dos seus estudos nesta fase produtiva e mostra como se constrói e se elabora a redação jornalística. O texto da reportagem pode ser caracterizado em três tipos: dissertativo, narrativo e descritivo. O autor cria essa tipificação baseado na classificação de Elisa Guimarães (1990 apud Coimbra 1993) e ressalta que, apesar de o texto sempre ter um gênero dominante, ele pode ser misto e conter trechos dos outros. Essa divisão serviria, então, mais para fins didáticos.

Dissertação é sinônimo de argumentação, pois neste tipo de texto o autor visa expor, explicar ou interpretar ideias, tentando convencer o leitor a aceitar a informação (o que caracteriza uma redação argumentativa). O texto dissertativo/argumentativo organiza-se a partir de afirmações generalizantes, como um tópico frasal, seguidas de comprovação e fundamentação, que explicitam um raciocínio. Ao contrário da produção narrativa, esse tipo de texto é fechado à diversidade de interpretações, a mensagem veiculada por ele “configura-se numa conclusão que se basta a si mesma, sem qualquer abertura para um final diferente” (Guimarães, 1990, p. 70 apud Coimbra 1993).

Para definir a narração, Oswaldo retoma a perspectiva de Elisa (1990 *apud* Coimbra 1993) e afirma que três categorias constroem o esquema narrativo: exposição, complicação e resolução, podendo haver uma avaliação e uma moral. Nesse tipo de texto, prevalece uma dimensão temporal, em que os fatos apresentam uma relação de anterioridade e posterioridade, e sua característica principal é a referência a ações de pessoas, às quais se subordinam as descrições de circunstâncias e objetos. Por mais impessoal que pareça, o texto narrativo também possui um posicionamento do autor (mais implícito que na dissertação) sobre a realidade, que é recriada como se os fatos acontecessem na frente do leitor. Neste gênero, há ampla liberdade de experimentações formais, e, dessa liberdade, surge a aproximação com a literatura. Pode-se recorrer à fragmentação do tempo e do espaço.

Ao detalhar as características da reportagem narrativa, destaca-se a divisão que o autor faz dos focos narrativos, ou seja, dos diferentes pontos de vista que o repórter narra os fatos:

1. Narrador testemunha, em primeira pessoa. O ângulo de visão é limitado, já que a narração ocorre da periferia dos acontecimentos, utilizando informações que colheu e aquilo que viu e ouviu;
2. Narrador protagonista, em primeira pessoa. A narrativa se limita às percepções, pensamentos e sentimentos do narrador. É comum, no jornalismo, aparecer em depoimentos de entrevistados na íntegra, em que o repórter apenas transcreve e edita a fala, e nas situações em que o repórter torna-se o centro do acontecimento que cobre;
3. Narrador onisciente, em terceira pessoa, conhece não só os acontecimentos, mas também os pensamentos das personagens. Coimbra reconhece, porém, que esse é um ponto de vista problemático, por tratar do que se passa na interioridade das pessoas;
4. Modo dramático, em terceira pessoa. O tipo mais utilizado no jornalismo se limita a informar o que as personagens fazem e falam.

Já para a descrição, Oswaldo Coimbra recorre à teoria presente no ensaio *Qu'est-ce qu'une description* de Phillipe Hamon, que afirma que toda descrição possui as seguintes categorias: um tema chave que enuncia a sequência descritiva, uma série de subtemas e expansões predicativas (atribuições de qualidades, de ações, aos subtemas). Ela aborda pessoas e coisas, como a narração, mas ao contrário dela, fixa-as num determinado tempo. As ações ocorrem no instante apreendido pelo texto e são descritas com pormenores. Os recursos

utilizados para enriquecer essa narrativa são comparação, detalhamento e metáfora, explorando sempre os cinco sentidos e todas suas possibilidades de percepção.

Coimbra afirma que a descrição está geralmente inserida numa história ou raciocínio, ou seja, raramente desassociada dos gêneros narração e dissertação. Ela pode aparecer em fragmentos, blocos ou prevalecer num texto inteiro, com o cuidado de não torná-lo discursivo, técnico ou frio. Além da reportagem de perfil, a descrição de pessoas está presente também no miniperfil e no multiperfil. O primeiro, de acordo com Sodré e Ferrari (1986, p. 126-39 *apud* Coimbra 1993), enfoca uma personagem secundária e sua descrição suspende, brevemente, a ação narrada. Já o segundo é mais comum em publicações especiais dedicadas a uma figura marcante, que reúne artigos, crônicas e entrevistas para compor uma grande reportagem.

A reportagem *Ausentes: eles estão em algum lugar do outro lado da fronteira* se enquadra predominantemente no texto de tipo narrativo com narrador onisciente e dramático. Apesar da problemática apontada por Coimbra neste primeiro tipo de narração, a escolha se deu porque este recurso permitiu – na opinião das autoras – construir de maneira mais fidedigna acontecimentos relatados pelas personagens e que só assim poderiam transportar o leitor para o ambiente da história contada. Pela mesma razão, há trechos da reportagem em que se recorreu ao uso do texto descritivo.

Jorge Pedro de Sousa (2001) amplia a análise da reportagem e classifica as matérias do gênero além da divisão em narrativa, descritiva e dissertativa. Para melhor exemplificar a definição do autor, apresentação a classificação em tópicos:

1- Quanto à origem.

- De rotina: do dia a dia, geralmente agendada na véspera ou no dia;
- Imprevista: sobre um grande acontecimento imprevisto;
- Planificada: agendada e planificada com antecedência, recebe destaque no jornal.

2- Quanto à enunciação.

- Em primeira pessoa: evidencia a perspectiva pessoal do repórter sobre a realidade abordada. É assumidamente impressiva e subjetiva;
- Em terceira pessoa: o repórter é um observador externo da realidade e, quando ele entra no relato, narra o fato de maneira impessoal.

3- Quanto ao tipo.

- De acontecimentos: tem como tema central um acontecimento e aborda também a sua conjuntura, pessoas envolvidas, possíveis consequências, etc;
- De personalidade: tema central é uma pessoa;
- Temática: sobre um tema central, é geralmente escrita por jornalistas especializados. Podem integrar elementos da reportagem de acontecimentos e da reportagem de personalidade. Quanto ao tamanho, normalmente são grandes reportagens;
- Mista: integra vários elementos dos tipos anteriores, sem destacar qualquer um deles.

4- Quanto às características estéticas e formais.

- Narrativa: conta uma história;
- Descritiva: caracteriza acontecimentos, pessoas, fenômenos, objetos e lugares;
- Explicativa: explica um fato de difícil compreensão;
- De citações: baseia-se em citações de terceiros;
- Mista: integra vários elementos, sem privilegiar algum;

5- Quanto à linguagem.

- Formal;
- Informal: frequentemente recorre-se ao humor;
- Técnica: em reportagens especializadas.

6- Quanto ao tamanho.

- Curta;
- Grande reportagem: pode ocupar várias páginas de um jornal ou revista, pode ser subdividido em várias peças menores, o que facilita a leitura e permite ao leitor ir direto onde lhe interessa.

Pela classificação de Sousa, definimos a reportagem deste trabalho quanto à origem como planificada; quanto à enunciação em terceira pessoa; quanto ao tipo como mista (de acontecimentos e temática); quanto às características estéticas e formais, também é mista; quanto à linguagem se caracteriza como narrativa; e quanto ao tamanho atende ao critério de grande reportagem.

5. Procedimentos metodológicos

5.1 Concepção da ideia

Da fusão de duas ideias, surgiu este trabalho. Enquanto uma das autoras cobria a CPI de Tráfico de Pessoas na Câmara dos Deputados, a outra se intrigava com a notícia de que o corpo de uma brasileira desaparecida há 15 anos na Argentina havia sido encontrado. Nas duas o mesmo sentimento: a vontade de ir além. Sabíamos que os depoimentos de mães, especialistas e autoridades na Comissão diziam muito mais do que as trinta e pouco linhas publicadas no fim do dia. Assim como os leads dos portais e jornais não nos convenciam de que 15 anos de uma incógnita estavam ali resumidos.

Amantes da reportagem e boas amigas, compartilhamos nossas angústias, alegrias e decepções com o jornalismo no fim do expediente ou na mesa do bar. Das confidências, apareceu a vontade comum de produzir uma grande reportagem para o projeto final de conclusão de curso. Estávamos dispostas a fechar este ciclo fazendo aquilo que mais desejamos fazer pelos próximos anos. Da intimidade, tiramos os ingredientes para realizarmos o projeto juntas.

Em conjunto, fomos moldando o tema. A princípio, o assunto geral era o desaparecimento de brasileiros no exterior com enfoque nas famílias, nos que ficaram aqui, enquanto o outro partiu e não voltou. Começamos, ao mesmo tempo, a busca de personagens, de bibliografia sobre o tema e a consultar órgãos oficiais. À medida que adquiríamos mais informações, percebíamos que para tratar o assunto da maneira humanizada que pretendíamos seria necessário ampliar o conceito de desaparecidos, então adotamos o termo ausentes.

5.2 Produção compartilhada

Durante a fase de execução da reportagem, tivemos que lidar com o desafio de trabalhar em dupla. A produção compartilhada teve início já na pré-apuração, quando dividimos as personagens para que cada uma pesquisasse as histórias e fizesse o primeiro contato com os familiares por telefone. Buscamos sempre equilibrar a quantidade de trabalho e, quando íamos ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) pesquisar na base de dados, tentávamos marcar em um horário possível para as duas.

Depois de pré-apurarmos, na internet e no Itamaraty, as personagens que entrariam na matéria, partimos para as entrevistas e levantamento de informações. Apesar de termos dividido as personagens, nossa intenção foi, desde o início, fazer a apuração juntas. Ou seja, marcamos alguns dias para telefonarmos juntas para os familiares e viajamos para São Paulo e

Goiânia com a finalidade de entrevistar ao vivo algumas fontes. Assim, as duas estariam envolvidas com todos os casos.

Para escrever, tentamos dividir a reportagem na metade e cada uma ficou responsável por uma história. Da mesma forma aconteceu com os órgãos oficiais, cada uma foi atrás de um. Percebemos que era possível formar duplas de casos devido a algumas semelhanças e, após redigirmos o texto, uma revisaria o trabalho da outra. Queríamos que ambas participassem de todo o processo e não só da apuração, da redação ou revisão.

No livro *Jornalismo diário*, Ana Estela de Sousa Pinto (2009) dedica algumas páginas para aconselhar os repórteres a como proceder em uma produção compartilhada. As parcerias podem surgir de maneira espontânea ou por determinação do editor. No primeiro caso, pelo qual passamos, percebemos que as dicas dadas pelo repórter Eduardo Scolese são valiosas: definir o quanto antes as estratégias de apuração e respectivas responsabilidades; pensar nas qualidades na hora de separar o papel de cada um; estabelecer etapas e prazos; informar a chefia apenas sobre o produto final; compartilhar opiniões em tudo; cumprir o trabalho para não sobrecarregar o outro; discutir o que deve ser vendido antes de dar retorno aos editores; e dividir as pautas de forma equânime.

Passado o processo, acreditamos que as maiores lições foram: a importância de firmar um compromisso com outro repórter, a flexibilidade em aceitar pontos de vista diferentes e a capacidade de apurar, escrever e editar em dupla.

5.3 Apuração

A primeira etapa da apuração foi a busca por informações oficiais. Tínhamos duas perguntas principais a responder: 1- quem são esses brasileiros ausentes no exterior e 2- quantos são. Procuramos o Ministério das Relações Exteriores e descobrimos que não haveria resposta para estas questões. Apesar de o órgão ser o responsável por atender às solicitações de buscas por brasileiros no exterior, não há nenhum tratamento dos dados e informações que possuem a esse respeito. Recorremos também ao banco de dados da Polícia Federal sobre fiscalização migratória, mas o controle é restrito a saída e entrada no país.

Com autorização, acessamos os registros da Divisão de Assuntos Consulares (DAC) do MRE. Antes da primeira consulta, acreditávamos que poderíamos fazer um levantamento e chegar ao número, ao menos, aproximado. Mas, os registros, na verdade, eram “telegramas” virtuais trocados entre a DAC em Brasília e todas as unidades consulares do Brasil no mundo

sobre diversos assuntos. Não havia sequer pastas ou marcadores que dividissem os telegramas por tipo de assunto. O que o sistema permitia era uma busca por data, país/consulado, e palavras-chave.

Diante da impossibilidade de obter um número real e de identificar um “perfil” desses ausentes, redobramos esforços no que já seria o enfoque da reportagem desde o início: os relatos pessoais, o lado humanizado do tema. Neste momento, lembramos da avaliação de Luiz Costa Pereira Júnior (2009, p.70) quanto à cobertura dos jornais brasileiros nos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova York: “Preocupados em cravar um número, os jornalistas sentiram a inutilidade dos dados ante a necessidade de um relato vivo, humano”.

Na ocasião, os veículos publicaram números de mortos que variavam de 6 a 10 mil. Depois, se constatou que o número de vítimas foi 3.025. Para o autor, o “11 de setembro” foi uma lição para o jornalismo:

[...] mostrou a falência da fé jornalística na medida, na impessoalidade estatística, na precisão das pesquisas, na consistência dos dados, expediente usado para compensar a ausência de história viva, de mergulho mais profundo nos personagens, situações e matizes por trás da frieza quantitativa. (PEREIRA, 2009, p. 70)

A principal busca de personagens foi pela internet. Em sites específicos sobre pessoas desaparecidas, garimpamos, em comentários ou espaços específicos para a procura, familiares pedindo informações sobre o paradeiro de parentes no exterior. Nesses casos, a principal dificuldade foi falta de ferramentas nos sites que permitissem buscas mais específicas. Assim, era preciso percorrer várias páginas sobre desaparecidos no Brasil para encontrar casos de pessoas que haviam sumido no exterior. A família de Ana Lúcia foi encontrada desta maneira.

Outro meio foram os sites e as páginas em redes sociais de comunidades brasileiras no exterior, em especial, no Japão. As histórias de Gilberto Uchida, Valter Nakamura, Issao Shoji (que não entrou na reportagem, por motivos que justificaremos no tópico “Contato com as fontes e entrevistas”) e Carla foram encontradas por meio deste recurso.

O sistema da Divisão de Assuntos Consulares do Itamaraty foi de suma importância. Ele serviu tanto para encontrar personagens (Osmar, Leandro e Jing Wei) quanto para confirmar ou adicionar informações sobre aqueles encontradas na internet. Principalmente, para localizar telefones e endereços. Todos os familiares de desaparecidos encontrados pela internet, com exceção de Dulce, esposa de Gilberto Uchida, só deixaram emails para contato. Os números de telefone foram encontrados no sistema da DAC e/ou em listas telefônicas

online. Por e-mail, recebemos apenas três respostas: da família de Ana Lúcia, de Bruna, filha de Issao, e de Eliana, mãe de Elena.

Daniel e Elena, descobrimos em reportagens já publicadas. Respectivamente, em reportagem da TV Record e da revista IstoÉ, encontramos depoimentos de suas mães. Com pouquíssimas informações sobre Daniel e sem nenhum contato da família, arriscamos procurar por ele mesmo em redes sociais na esperança de achar um perfil antigo, posterior ao desaparecimento, ou alguém com sobrenome igual que pudesse ser da família. Para nossa surpresa, encontramos o próprio Daniel no *Facebook*, com foto, postagens recentes e residência em São Paulo. Na mesma rede, encontramos a mãe de Elena. Ela mantém uma página com informações sobre a disputa judicial pela guarda filha e nos passou seu contato telefônico por e-mail.

Se pudéssemos, teríamos feito todas as entrevistas pessoalmente. Com o orçamento apertado, isso não foi possível e algumas entrevistas foram realizadas por telefone. Tínhamos personagens em São Paulo/SP, Brasília/DF, Goiânia/GO, Londrina/PR, Goioerê/PR e Santo Antônio do Paraíso/PR. Por proximidade, Brasília e Goiânia foram as primeiras escolhas. Depois, optamos por São Paulo, visto que concentrava maior número de personagens.

Por fim, a checagem de informações representou a etapa mais emblemática do processo de apuração. O primeiro ponto eram os personagens que não poderiam falar por si, os ausentes. Além disso, percebemos que muitos familiares reagiam à dor da ausência de forma semelhante: se recusavam a falar sobre o assunto. Desse modo, a responsabilidade, quase sempre, ficava com as mães, verdadeiras porta-vozes das histórias. Víamos nisso um grande problema, como bem apontado por Pereira (2009, p. 87) quanto à importância da diversidade de fontes: “O jornalista não pode contentar-se com apenas um (ou poucos) dos diversos aspectos possíveis da história. É preciso validar a informação com pelo menos duas outras fontes”.

Como recurso, utilizamos fontes secundárias (documentos, relatórios, livros, internet) para checar as informações. Além das pessoas que preferiram não dar entrevistas, não conseguimos ouvir outras fontes. Foram os casos do adido do FBI Daniel Cleeg, que não está mais no Brasil e não respondeu ao nosso email; da coordenadora da Acaf, Patrícia Lamego, com quem não conseguimos contato direto e nem respostas da assessoria; de Everaldo Santos, que foi encontrado, mas interrompeu o contato ao tomar conhecimento do assunto; de José

Fernandes, porque não conseguimos nenhum contato; e de Johannes Josef März e seu advogado, que não atenderam às nossas ligações.

Encontrar a fonte é parte do trabalho do repórter. Reconhecemos que – apesar de qualquer adversidade – o “não encontrado pela reportagem” é falha e responsabilidade do repórter. Visão diferente temos sobre as fontes que fizemos contato, mas que não quiseram falar sobre o assunto. Desde o início da apuração, ainda na organização da pauta, sabíamos que o tema é delicado e que encontraríamos resistências. Então, colocamos como primordial o respeito à vontade dessas pessoas. Estivemos atentas ao momento certo de parar.

5.4 Contato com as fontes e entrevistas

Bruna Shoji foi uma dessas fontes. Em 2009, ela postou em um site um pedido desesperado de ajuda. Precisava encontrar o pai, que estava – para ela – desaparecido havia 10 anos, depois de deixar a família em São Paulo e ir para o Japão. Com a morte da mãe, Bruna precisava do pai para cuidar dos irmãos menores de idade.

Demoramos mais de um mês para conseguir falar com ela por telefone. Neste tempo, enviamos e-mails e mensagens em redes sociais, mas nunca tínhamos resposta. Pela lista telefônica, achamos o contato de uma tia de Bruna (o nome dela conseguimos pela rede social *Facebook*, na relação de amigos). Cautelosa, a tia preferiu anotar o recado e nossos telefones, mas não passou o contato da sobrinha. Sem respostas, decidimos que faríamos uma última tentativa. Entramos em contato com o namorado dela (também pelo *Facebook*) e contamos apenas o essencial, temendo que ele não soubesse detalhes da história. No recado privado que deixamos para ele, pedíamos que conferisse se o recado anterior havia chegado.

Bruna autorizou o namorado a nos passar seu número de telefone. No primeiro contato, não hesitou nem por um minuto. Tentando abordar o assunto com extrema delicadeza, nos surpreendemos com a naturalidade do outro lado da linha. Mantivemos contato com Bruna algumas vezes e marcamos uma entrevista em São Paulo, onde ela mora. Jamais nos encontramos.

Nas vésperas da nossa viagem, quando Bruna havia combinado de nos dar uma resposta definitiva sobre o horário do encontro, deixou de atender a nossas ligações. Ao chegarmos na cidade, nos atendeu apenas uma vez para dizer que estava sem tempo. Dias antes publicou em sua página no *Facebook* uma mensagem enigmática, em que questionava o porquê de alguém, que ela não conseguia perdoar, ter lhe causado tanto sofrimento. Apesar do

contratempo, consideramos os danos que poderíamos provocar ao insistir no assunto e preferimos nos distanciar, deixando em aberto a possibilidade de que ela nos procurasse se mudasse de ideia.

Há duas possibilidades para o que aconteceu com essa quase-personagem. Na primeira, acertamos em reconhecer que havia um limite e que não podíamos, portanto, invadir sua privacidade e causar estragos. Na outra, não conquistamos sua confiança o suficiente. Ricardo Kotscho destaca, em *A prática da reportagem*, a importância de o repórter transmitir credibilidade: “[...] as pessoas precisam confiar em você para contar histórias que consideram delicadas porque mexem com a vida de outras pessoas” (2007, p. 23). A construção dessa confiança com as fontes da reportagem foi extremamente delicada, em especial no caso de Daniel, o ausente que retornou.

Apesar de se achar tímido, Daniel é muito seguro e enfático em dizer o que não quer. Inclusive que não gosta de falar ao telefone. Todo o contato com ele foi feito pela internet, só nos falamos, literalmente, no dia que nos encontramos para a entrevista. Ele só nos respondeu na segunda tentativa para dizer que já havia visto a mensagem anterior, mas que falar era difícil. Eram águas passadas para ele, uma parte de sua história que não queria lembrar. Deixou claro que poderia conversar on-line (por bate-papo), esclarecer algumas dúvidas, mas não dar entrevista. Aceitamos as condições e, no mesmo dia, Daniel começou a nos contar o que nem havíamos perguntado.

A estratégia foi construir uma relação de confiança gradativamente. Não fomos direto ao ponto, às perguntas mais delicadas. No início, respondemos mais do que perguntamos. Seguindo as dicas da jornalista norte-americana Isabel Wilkerson (2001 *apud* PEREIRA 2009), que define sete fases na abordagem do entrevistado, não entramos de cara no assunto. A autora nomeia esta etapa, a segunda, de *adjustment/fellinf off*, uma espécie de sentindo o terreno, na tradução de Pereira.

Veza ou outra, falávamos com ele apenas para manter o contato, sem nem tocar no assunto. A primeira resposta partiu dele, sem que nenhuma pergunta fosse feita. Falávamos sobre a escolha do tema da reportagem, e ele lembrou, achando graça, de uma entrevista que a sua mãe deu quando ele estava “desaparecido” no Japão. E, logo em seguida, emendou: “Eu fiquei sem falar com minha família por mais ou menos uns 5 ou 6 anos”. Não interferimos e ele continuou. “Hoje eu cheguei a uma conclusão. Acho que foi por vergonha (...) de não ter

conseguido alcançar os objetivos, as expectativas que foram postas em mim.” Foi assim que Daniel falou por sete minutos sem que fizéssemos pergunta alguma.

Para Nilson Lage (2008), na entrevista, o repórter não deve ser subordinado nem inquisidor, mas sim um interlocutor válido (um ouvinte, uma testemunha, um profissional da informação). A melhor atitude é a de quem presta atenção e interfere o mínimo possível. Concordamos.

Agimos dessa mesma maneira nas demais entrevistas. Primeiro criávamos um campo seguro para que os entrevistados se sentissem à vontade para falar. Depois, fazíamos perguntas curtas e permitíamos que as pessoas levassem o tempo que precisassem para responder. Quando surgia alguma dúvida durante a fala do entrevistado, anotávamos o questionamento para não esquecer-lo e esperávamos uma boa oportunidade para fazê-lo. Com tempo para responder, os entrevistados davam informações preciosas, nos forneciam detalhes, às vezes levavam a conversa para outro rumo, agregavam novas informações, abriam novos caminhos para a entrevista.

Assim como Daniel, preferimos não falar por telefone. Unimos esforços para fazer as entrevistas pessoalmente, olho no olho. Porém, pela necessidade de otimizar recursos, optamos por fazer duas viagens, uma a Goiânia (por critério de proximidade) e outra a São Paulo (por número de entrevistados). As três entrevistas no estado do Paraná foram realizadas por telefone, longas horas de chamada interurbana. Também o contato com Ana Lúcia, na Espanha, foi por ligação telefônica.

Decidimos entrar na equipe da 12ª edição da revista *Campus Repórter*, da Faculdade de Comunicação, onde seria veiculada nossa reportagem. Desde o início sabíamos que o material publicado seria uma versão menor que a produzida para o TCC, mas, mesmo assim, contaríamos com o apoio dos fotógrafos e editores de texto e fotografia durante todo o processo. Recebemos uma ajuda financeira de R\$ 1.300 da FAC para realizar as viagens necessárias e nos foi cedida a fotógrafa Marcella Fernandes para acompanhar as entrevistas. Discutimos em vários momentos a composição e o conteúdo das imagens, que deveriam focar nos familiares e sua relação com os ausentes.

Em *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*, Luiz Costa Pereira Junior atenta para os riscos do distanciamento físico no processo de apuração:

Quando a observação ou o contato direto dão lugar a meios indiretos de obtenção de informação – o telefone, a internet, o *press-release*, o arquivo, o risco de desumanizar a cobertura ganha complicadores adicionais, tal o grau de distanciamento a ser agregado à interlocução entre repórter e entrevistado. (PEREIRA, 2009, p. 96-97)

Para minimizar esse risco – totalmente o contrário a nossa proposta de humanizar os relatos – buscamos aprimorar a observação durante os telefonemas. Ficamos atentas, por exemplo, ao tom de voz e aos barulhos ao fundo. Redobramos os pedidos de detalhes e reformulávamos perguntas já respondidas (“que roupa ela usava?”, “qual era a distância?”, “você disse que isso foi em qual dia mesmo?”).

As entrevistas da reportagem foram de dois tipos: temáticas – com fontes oficiais que tinham autoridade para falar sobre o assunto – e testemunhais, com personagens que relataram histórias e reconstituíram eventos (LAGE, 2008). Em ambas, fizemos um levantamento prévio e nos munimos do máximo de informações possíveis. Afinal, “é crime venal estar desinformado diante da fonte” (PEREIRA, 2009, p. 103). No entanto, o roteiro era mais livre com as personagens, estávamos lá para ouvi-los, havia tempo disponível para longa conversa. Com as fontes oficiais, tivemos que nos prender às perguntas já formuladas, não haveria uma segunda chance de fazê-las.

O contato e as entrevistas com fontes oficiais fugiram do padrão usado com personagens. Primeiro, porque autoridades/funcionários públicos nos atendiam em horário de serviço e não dispunham de muito tempo. Segundo, porque a existência de um intermediário para chegar a eles – assessores de imprensa – diminuía as chances de contato mais próximo/regular.

De acordo com Maristela Mafei (2004), o bom assessor tem as mesmas características que o bom repórter e compreende toda a “esquizofrenia” da produção jornalística. A considerar a definição de Mafei, parece que não nos deparamos com os bons. Todas as assessorias a que tivemos que recorrer nos mandaram direto para a “ditadura do e-mail”. Mas, depois que ele era encaminhado, não o respondiam. Era preciso retornar a ligação algumas vezes para conseguir ao menos uma resposta, mesmo que negativa. E até a resposta foi padrão entre os assessores: “Só podemos atender jornalistas”. Como estagiárias na redação de empresas de comunicação conhecidas, estas mesmas assessorias jamais nos pediram nenhum tipo de identificação para marcar entrevistas ou repassar informações. Infelizmente, bastou não ter o gabarito do veículo de renome que o tratamento foi outro.

Por insistência, conseguimos, por meio de assessores, a entrevista com a delegada da Polícia Federal Vanessa Souza, chefe da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas. Com o tempo cronometrado e sob a vigilância do assessor, fizemos as perguntas mais importantes já no início. Em outras demandas, como o número de saída e entrada de brasileiros do país, a assessoria nos aconselhou que, não sendo jornalistas, devíamos recorrer ao serviço de informação ao cidadão.

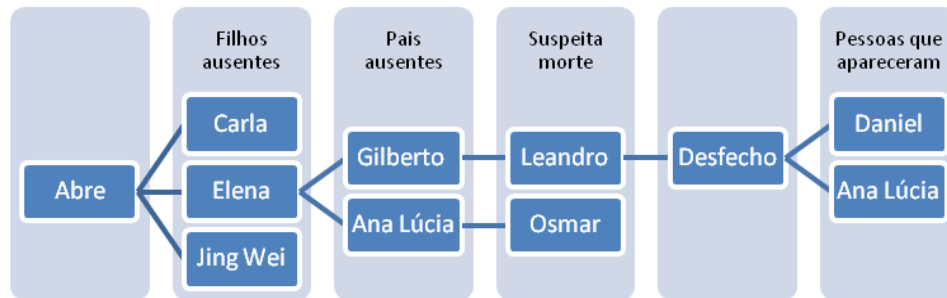
Partimos para um plano “b” e adotamos, como intermédio entre repórter e as fontes oficiais, a cara de pau. O jornalista André Rizek já dizia em seu blog que “todo jornalista tem que ser mala, porque a gente liga para as pessoas sem ser convidado”. E, sem convite, descobrimos os telefones dessas pessoas e passamos a abordá-las diretamente. Funcionou com Nelma Pontes, coordenadora da Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Goiás (CEETP-GO), e com o diplomata Mozart Grisi, secretário da DAC do Itamaraty.

Mozart Grisi foi, a propósito, uma exceção entre as fontes oficiais. Apenas com ele foi possível estabelecer uma relação fonte-repórter. Perdemos as contas de quantas vezes nos recebeu e disponibilizou seu tempo para checar e compartilhar informações. Foi, sem dúvida, peça fundamental para a realização da reportagem. Mais do que uma fonte, foi um articulador acionando, sempre que possível, os consulados do Brasil em outros países.

Outro ponto a se destacar das relações com as fontes oficiais foi a informação em off. Algumas declarações foram feitas sob esta condição. Quanto a isso, não houve dilema, não publicaríamos e ponto. O desafio foi, de posse da informação, buscar outras fontes (diretas ou secundárias) que pudessem afirmá-las publicamente. Nem todas tiveram este aval e, por isso, não estão publicadas nas páginas da reportagem. Ainda assim, entendemos que foram de grande importância para o resultado final deste trabalho. De alguma maneira, influenciaram nossas escolhas, enfoques e intuições.

5.5 Escrever e reescrever

Com as histórias apuradas e checadas, estabelecemos uma estrutura para a reportagem. Para não correr o risco de descontextualizá-las, agrupamos as personagens de acordo com o significado de suas ausências, conforme o esquema:



Para conduzir o leitor nessa divisão, usamos intertítulos que indicam as semelhanças entre eles. Carla e Elena são apresentadas juntas porque representam a dor de mães (no caso, Tânia e Eliana) de filhos ausentes. No caso de Jing Wei Jimenez, é o pai quem sofre sem saber do paradeiro do filho, levado da China pela mãe. Em seguida, as ausências de Gilberto e Ana Lúcia registram a falta do pai e da mãe de famílias que, sem eles, se desestruturaram. Depois, as histórias de Leandro e Osmar estão juntas por conta das condições em que eles se tornaram ausentes. O último contato dos rapazes com as mães e os rastros deixados por eles indicam fortes suspeitas de morte.

O desfecho da reportagem sustenta uma hipótese com a qual nos deparamos desde o início da pesquisa, ainda na fase de pré-apuração: pessoas que estão ausentes por opção. Daniel é um ex-ausente, que ficou quatro anos sem dar notícias à família no Brasil até mudar de ideia. Ana Lúcia foi encontrada pela família durante o processo de apuração da reportagem. Deixado para o fim, esses casos fecham a reportagem com duas possibilidades. A primeira, na qual apostamos, é uma esperança para aqueles que esperam pelo retorno de alguém querido. Já a outra desconstrói a idealização de muitos familiares e amigos que sustentam diversas versões, mesmo que mirabolantes, para o sumiço de seus ausentes.

Para escrever, dividimos as personagens entre as duas por grau de afinidade. Quem havia mantido mais contado com a fonte, por exemplo. Assim, a uma coube escrever o abre, a parte denominada “filhos ausentes” no esquema acima e sobre o Daniel/desfecho. A outra, a parte “pais ausentes”, “suspeita de morte” e Ana Lúcia/desfecho. Ao final, os textos foram trocados para que uma revisasse o trabalho da outra. E, por fim, juntas, reescrevemos.

Em *A arte de fazer um jornal diário*, Ricardo Noblat discorre sobre a importância da tarefa de reescrever: “Qualquer texto é passível de ser melhorado. Sempre há palavras sobrando, ou que podem ser trocadas, outras fora do lugar e parágrafos que pedem para ser completamente reescritos” (2008, p. 92). Em dupla, percebemos isso ainda mais claramente. É

sempre interessante o olhar “do outro” sobre o texto e, ainda melhor, quando são olhos que também percorreram a apuração.

Depois de todo o processo jornalístico, foi preciso transformar os milhares de caracteres e as imagens em uma reportagem de revista, dar forma à informação. O professor Sérgio de Sá nos incentivou para que diagramássemos o produto, que ficaria muito mais apresentável e serviria de portfólio para nosso currículo. Tentamos negociar com alguns diagramadores da 11ª edição da revista Campus, mas quem aceitou nos ajudar foi o ex-aluno de publicidade da FAC, Vitor Vieira Dutra. Após as sugestões de priorizar os espaços em branco, usar preto e branco nas fotos dos ausentes e cores nas dos que apareceram, ele aceitou o desafio e foi capaz de compor, em pouco tempo, uma revista à altura de mais de 6 meses de trabalho.

6. Considerações finais

O problema dos brasileiros ausentes – que deixam o país e perdem o contato com suas famílias – é complexo e não tem a atenção que deveria ter do poder público e da população. As histórias de Carla, Elena, Jing, Gilberto, Ana Lúcia, Leandro, Osmar e Daniel poderiam ser as de outras milhares de pessoas, cuja falta não foi registrada em órgãos oficiais ou na internet. Casos que correm o risco de ficarem restritas ao círculo familiar sem encontrar um desfecho. Propomos, na reportagem, o ponto de vista que consideramos o mais humano e profissional possível, mas que outro repórter poderia tratar de outra forma. Não enxergamos isso como uma falha, mas como uma característica inerente ao jornalismo. Por isso o trabalho em dupla foi tão enriquecedor, porque permitiu que trabalhássemos discutindo diferentes opiniões, algumas vezes contrárias, outras complementares.

Tivemos o entendimento, durante a apuração, de que os registros oficiais – como os do Itamaraty – não eram capazes de revelar a dimensão exata do problema e de suas consequências para governo e sociedade. As pessoas ainda desconhecem o papel do Itamaraty e não sabem a quem recorrer quando algum parente desaparece no exterior. Falta divulgação do serviço de assistência consular e de quais são os direitos dos cidadãos brasileiros e os deveres do Estado mesmo fora do território nacional.

As dificuldades e limitações para o governo auxiliar as famílias de ausentes são muitas: a falta de informações que os parentes dispõem sobre o emigrante, a falta de respaldo jurídico para cobrar respostas e ações, o respeito ao direito de ir e vir, a impossibilidade ou limitação de atuar em outro país, a dependência de órgãos internacionais. Após acessarmos o sistema de registro do Itamaraty, percebemos a necessidade de se desenvolver um sistema de coleta, checagem e difusão dos casos de ausentes. O cadastro atual é confuso e desatualizado e precisa estar ligado a outros órgãos envolvidos, como a Acaf e a Polícia Federal.

A família é quem sofre com incertezas, desconfianças e a agonia de ser refém de uma história cujo fim depende de fatores distantes e inacessíveis a ela. Vivenciar os conflitos da esfera pública e privada foi, sem dúvida, um aprendizado para lidarmos futuramente com instituições oficiais e cidadãos comuns, dos de condição econômica favorável até os mais simples. Antes de tudo, reafirmou nossa convicção de que bom jornalismo se faz com gente, não com dados. E, se hoje nos sentimos mais preparadas para fazê-lo, é graças àqueles que encontramos nesses quatro anos de caminhada e àqueles que tiveram a generosidade de compartilhar suas histórias nos últimos seis meses.

2. 7. Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRAGA, Luciana Siqueira. **Jornalismo empresarial x imprensa: somos todos iguais?** Dissertação (Bacharel em Jornalismo). Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2010. p. 26-28.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. São Paulo: Ática, 1993.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 9ª ed. São Paulo: Summus, 2009.

FOLHA DE S.PAULO. **Novo manual da redação**. 14ª ed. São Paulo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.

MAGNO, Ana Beatriz. **A Agonia da Reportagem: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) --, Faculdade de Comunicação, Brasília, 2006. p. 15-50.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista – o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia: um produto à venda**. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Dijaci David de; GERALDES, Elen Cristina. **Cadê você**. Brasília: Compukromus Editoração e Assessoria Gráfica Ltda. 1999.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia:** métodos de investigação na imprensa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Jornalismo diário:** reflexões, recomendações, dicas e exercícios. São Paulo: Publifolha, 2009.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem:** notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso.** Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2001.

3. 8. Anexos

4. 8.1 Cronogramas

Produto

Concepção da ideia do projeto: durante a disciplina de pré-projeto, de abril a junho de 2012

Leituras: abril de 2012 a janeiro de 2013

Apuração: julho de 2012 a janeiro de 2013

Entrevistas: outubro de 2012 a janeiro de 2013

Escrita da primeira versão da reportagem: dezembro de 2012 a 8 de janeiro de 2013

Escrita da versão final da reportagem: 20 de janeiro de 2012 a 8 de fevereiro de 2013

Memorial descritivo

Elaboração do pré-projeto: abril a junho de 2012

Elaboração do memorial descritivo: 20 de dezembro de 2012 a 4 de fevereiro de 2013

5. 8.2 Orçamento

Viagem para São Paulo (transporte): R\$ 900

Viagem para Goiânia (transporte e hospedagem): R\$ 255

Ligações telefônicas interurbanas: R\$ 150

Ligação telefônica internacional: R\$ 21

Impressão e encadernação do memorial: R\$ 48

Impressão e encadernação do produto: R\$ 50

Total: R\$ 1424

A equipe composta pelas duas repórteres e uma fotógrafa recebeu ajuda financeira de R\$ 1.300 da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília em razão da reportagem produzida integrar a 12ª edição da revista Campus Repórter. O material será publicado em junho de 2013.

8.3 Lista de outros anexos

1- Autorização de viagem da personagem Elena März, 12 anos, concedida pelo pai Johannes März, cuja vigência era até 3 de agosto de 2012.

2- Página da Carla Vicentini no site do FBI, que demonstra a suspeita de sequestro.

3- Página do Leandro Jhone de Souza, considerado um desaparecido, no site da Interpol.